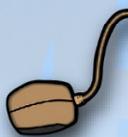


ACAFA

On-line



**Centro histórico de Vila Velha de
Ródão: contributos para a
valorização do seu património**

*Historic Center of Vila Velha de
Ródão: contributions to the
enhancement of its heritage*

**Francisco Henriques, Telmo António, Mário
Benjamim, João Caninas e Jorge Gouveia**
membros da Associação de Estudos do Alto Tejo

versão provisória

Resumo Documenta-se o acompanhamento arqueológico das empreitadas de construção incidentes num conjunto de edifícios no Centro Histórico de Vila Velha de Ródão, nos anos de 2019 a 2020. Comenta-se a evolução urbana desta vila, nas últimas centenas de anos, faz-se um breve historial do lugar e expõem-se as principais características arquitetónicas do seu casario, observadas em trabalho prévio e durante as empreitadas de demolição do edificado. Apresenta-se o estudo do espólio arqueológico recolhido durante o acompanhamento arqueológico.

Palavras-chave Centro histórico, arqueologia urbana, Vila Velha de Ródão

Abstract In this text is summarized the archaeological monitoring of a set of constructions in the Historic Center of Vila Velha de Ródão, from 2019 to 2020. At the same time, comments are made on the urban evolution of this town over the last hundreds of years, a brief history of the place and the main architectural characteristics of its houses, observed in previous work and during the demolitions. It also presents the study of the remains found during the archaeological intervention.

Keywords Historic center, urban archaeology, Vila Velha de Ródão

Introdução

Este trabalho resulta de dois acompanhamentos arqueológicos, independentes, realizados nos anos de 2019 a 2020, no centro histórico de Vila Velha de Ródão, e contratados pelo município à AEAT.

O primeiro diz respeito a um pequeno imóvel localizado na rua Dr. José Pinto de Oliveira Rocha nº 18 e corresponde a um edifício de dois pisos e um pequeno logradouro, conhecido como casa de D. Felismina. É um imóvel de âmbito privado, que se encontrava devoluto e em estado de avançada degradação. Esta rua, há alguns séculos, era a única de Vila Velha de Ródão e uma das entradas na vila, para quem eventualmente chegasse de Castelo Branco.

O segundo abrange quatro imóveis, adossados uns aos outros, propriedade da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão e localizados no largo dos Combatentes da Grande Guerra, nº 5, e no largo do Pelourinho ou largo do Município. Este conjunto de edifícios constitui-se pela antiga casa da Câmara e pelo torreão¹, ambos integrados no Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão (CMCD) em 1984; uma estreita casa em ruína que designámos de ruína oriental, contígua ao torreão referido, e respetivo logradouro; uma segunda casa em ruínas que designámos de ruína ocidental e por fim um imóvel conhecido como casa de D. Leonor, por ser a última pessoa ali a residir, com o seu logradouro. Este último conjunto edificado tinha funções, volumetrias e características construtivas diferentes, dependendo o estado de conservação dos seus usos específicos: habitacionais e institucionais.

Os logradouros individualizados a tardoz, organizavam o espaço vazio de uma forma ordenada.

Este conjunto de imóveis enquadra-se na zona de proteção do Pelourinho de Vila Velha de Ródão², classificado como Imóvel de Interesse Público através do Decreto n.º 23 122, DG, I Serie, n.º 231, de 11 de outubro de 1933.

Os trabalhos arqueológicos foram executados por um dos subscritores (FH) e previamente autorizados pela Direção Regional da Cultura Centro (DRCC).

Em ambas as intervenções arqueológicas, fez-se o acompanhamento das demolições, das escavações, da picagem das paredes, da limpeza dos escombros e outras ações tendo sempre em vista identificar e salvaguardar eventuais vestígios arqueológicos ocultos no solo/subsolo ou no interior das estruturas.

Durante as demolições convivemos com duas realidades distintas: o desmantelamento manual, feito na casa de D. Felismina, por impossibilidade de utilizar máquina adequada para o efeito e o desmantelamento do restante edificado, associado ao projeto de requalificação do CMCD de Vila Velha de Ródão, efetuado com máquina giratória. Na primeira, demos conta de pequenos pormenores construtivos, algo que não terá acontecido na segunda, ainda que se tentasse, de outros modos, obviar o problema.

Pretende-se com este artigo divulgar as características construtivas do edificado daquele conjunto e, simultaneamente, contribuir para o reconhecimento de um tipo de arquitetura que se materializou, quer através dos processos construtivos quer de desenho urbano que acabou por se definir.

Divulga-se, de igual modo, o material de interesse arqueológico recolhido durante as empreitadas, algum do qual datado do século XVI, interpretam-se algumas fotografias relativas ao centro histórico de Vila Velha de Ródão, do início do século XX, e recorre-se a outras fontes históricas.

¹ O torreão foi construído no lugar da capela de São Pedro.

² A capela de São Pedro, que integra este conjunto, foi demolida em 1911 pela ampliação do edifício dos Paços do Concelho. Em Malpica do Tejo a capela de São Pedro, situada no interior da malha urbana da aldeia, também foi demolida para o seu espaço ser transformado num largo.

Transcreve-se ainda o registo de quatro casas de habitação e do edifício público que durante séculos foi um espaço importante do ponto de vista social e político; referimo-nos à antiga casa da Câmara de Vila Velha de Ródão e, de modo indireto, à capela de São Pedro.



Figura 1. Área intervencionada com acompanhamento arqueológico. 1 – Casa da Câmara, ou antiga casa da Câmara, CMCD; 2 – torreão, antiga Tesouraria da Fazenda Pública, construído em 1911, lugar da antiga capela de São Pedro, que nos últimos 40 anos integrou o CMCD; 3 – ruína oriental (casa); 4 – ruína ocidental (casa); 5 – Casa da D. Leonor; 6 – Casa de D. Felismina.

Na génese deste testemunho estiveram três documentos fundamentais; dois relatórios de acompanhamento arqueológico: o *Relatório de acompanhamento arqueológico no âmbito do projeto de reabilitação de imóvel (casa D. Felismina) na rua Dr. José Pinto de Oliveira Rocha, nº 18, em Vila Velha de Ródão* (Henriques, 2020), o *Relatório de acompanhamento arqueológico do projeto de valorização do Centro de Interpretação da Arte Rupestre do Vale do Tejo - Vila Velha de Ródão*, (Henriques, 2021) e o livro de *Notas para a história de Vila Velha de Ródão (e do seu concelho) 1165 – 1910* (Azevedo, 2020).

A figura 1 ajuda a compreender a localização dos vários imóveis abordados nos trabalhos de campo e neste texto.

A evolução urbana na zona histórica de Ródão

Para esta área do trabalho utilizou-se, fundamentalmente, a informação histórica recolhida por Leonel Azevedo (2020) e vertida na extraordinária obra intitulada “*Notas para a História de Vila Velha de Ródão e do seu concelho*” e algumas fotografias do início do século XX.

No início do séc. XIX, Vila Velha de Ródão era um pequeno núcleo de casas ao longo de uma única rua, a rua do Espírito Santo³ ou rua da Vila, presentemente

³ Em 1770, o padre vivia nuns casarões nesta rua (talvez o edifício da antiga Misericórdia), por não existir casa própria para o efeito (Azevedo, 2020:110) e em 1776 a Ordem de Cristo possuía aqui o seu celeiro (Azevedo, 2020:55). Levantamos a hipótese de os casarões referidos corresponderem ao edifício que maior área ainda ocupa nesta rua e o único com um enorme logradouro (figura 3, área a verde).

Segundo as Memórias Paroquiais de 1758 (Azevedo, 2020:57, vol. II) sabemos que duas das quatro capelas de Ródão ficavam localizadas na Vila (Santo António e São Pedro) e duas outras junto da povoação (Espírito Santo e São Sebastião). A capela de Santo António localizava-se na rua homónima, junto do cemitério. Após a sua destruição ergueram um pequeno nicho de granito incrustado no muro. A capela de São Pedro encontrava-se ao lado da Casa da Câmara até 1911, altura em que foi destruída. A capela de São Sebastião localizava-se no Mártir, canto noroeste e junto do caminho que seguia para Gavião de Ródão. Local atualmente ocupado por uma construção ligada a telecomunicações. A capela do Espírito Santo localizava-se na entrada da Vila, para quem vinha de Castelo Branco, um pouco acima da linha do caminhos-de-ferro. O lugar é ainda hoje designado

designada como rua Dr. José Pinto de Oliveira Rocha⁴ (figura 3, nº1). Na altura a rua começava abaixo da atual rua de Santana, EN 241⁵, e terminava na Praça (figura 3, nº2). A rua de Santo António, tal como hoje a conhecemos, não existia (figura 3, nº4). É provável que a sua estruturação e/ou desenvolvimento tenha acontecido após a construção do cemitério (figura 3, nº5), em meados do séc. XIX⁶.



Figura 2. Vista aérea de Vila Velha de Ródão com indicação da localização de imóveis existentes ou destruídos. 1 – Capela de Santo António (destruída); 2 – Capela de São Pedro (destruída); 3 – Capela do Espírito Santo (destruída); 4 – Capela de São Sebastião (destruída); 5 – Igreja Matriz de Vila Velha de Ródão.

de Marco do Espírito Santo e do lado sul da calçada existente fica a Tapada do Santeiro. O caminho de acesso continua calçadado, nalguns locais com grandes blocos de quartzito.

⁴ Também conhecida no passado por rua da Trincheira.

⁵ Um pouco abaixo do que atualmente designam por Quiosque.

⁶ Em virtude do incêndio que assolou os paços do Concelho em 1847, o primeiro documento que refere o cemitério data de 1868. Desconhece-se a data da sua construção (Azevedo, 2020, 102-103).

Junto da Igreja Matriz (figura 3, nº3), imediatamente a norte, existia a Praça⁷, onde se encontrava a casa da Câmara, o Pelourinho, onde se passou a realizar, a partir de 1860, o primeiro mercado de Vila Velha de Ródão e onde foi construída, de raiz, a primeira escola, em 1862. O Arrabalde, ou rua do Arrabalde⁸, ainda hoje assim conhecida, era um pequeno núcleo de casas a ocidente da Praça (figura 3, nº6). Naquelha que ligava o Arrabalde à Praça pediu, em 1863, a padeira Anna Pires autorização à Câmara para a construção de um forno, próximo do tronco (figura 3, nº7).

Em suma, era um pequeno e pobre lugarejo, como era reconhecido pela própria Administração do Concelho que em correspondência para o Governador Civil regista em 1866: «*Villa Velha esta é uma terra pequena pobre pouca população terá uns 60 fogos, e em más condições hygienicas; Vila Velha é seguramente a peór capital de concelho não só de todo o districto mas ainda de todo paiz; e o peór é não ter ella elementos de prosperidade*» (Azevedo, 2020: 447)⁹. Em 1861 a Vila não tinha mais de 52 fogos (Azevedo, 2020:298). Este registo em nada difere de um outro, datado de 1809, em que um estrangeiro de visita, George Landmann, contrastava a grandiosidade das Portas de Ródão com a insignificância da Vila. Escreve o viajante «*devemos agora abandonar este cenário majestosamente grandioso e subir a face oriental da montanha por uma estrada muito má e íngreme e, quase a meio caminho do cimo, entramos na vila mais pobre e miserável de Portugal; não, talvez não seja avançar com demasiada ousadia afirmar que, em toda a Europa, nada de igual pode ser encontrado no que respeita à pobreza: este*

⁷ A Praça, nos vários documentos, pode surgir denominada de Praça, unicamente, Praça Pública (em 1720 já surge assim designada), de Praça Pública da Vila e em 1905 passou a designar-se de Praça Francisco Tavares de Almeida Proença, em homenagem do município ao papel ativo deste par do reino na restauração do concelho em 1898 (Azevedo, 2020).

⁸ Por aqui se projetara, em 1893, uma estrada que saía do Mártir, passava pelo Arrabalde, pela rua de Santo António, passava à Achada e findava na Barroca da Senhora, na Estrada Real nº 56 (Azevedo, 2020:412).

⁹ Administração do Concelho, Registo de Correspondência Oficial, Livro 4 (1865-1867), ofício nº 36, de 20 de agosto de 1866, fl.47fe e vº.

lugar chama-se vila-velha¹⁰» (Azevedo, 2020:447). Os aglomerados populacionais de Gavião e Porto do Tejo eram de maior dimensão que a Vila, propriamente dita.



Figura 3. Pormenor de planta de Vila Velha de Ródão. 1 – Rua do Espírito Santo, atualmente rua Dr. José Pinto de Oliveira Rocha; 2 – Praça, atualmente largo do Pelourinho; 3 - Igreja matriz; 4 - rua de Santo António; 5 – Cemitério, 6 – Arrabalde; 7 - quelha que ligava o Arrabalde à Praça; 8 – rua da Fonte; 9 - largo dos Combatentes da Grande Guerra.

Nas últimas duas décadas do séc. XIX a Vila cresceu. Há notícia da rua de Santo António, em 1885, através de um protesto de ocupação da via pública por entulhos da construção da casa de António Joaquim da Rocha, que impedia a circulação das procissões em redor da Igreja. Em 1898 há notícia da construção de uma outra casa pertencente a Arménio da Costa Sttau Monteiro (Azevedo, 2020). Em 1883 surge uma referência à rua da Fonte, onde se localizava o talho (figura 3, nº8). Esta rua iniciar-se-ia na rua do Espírito Santo com desenvolvimento para noroeste, em direção a uma fonte que perdurou até à década de oitenta do séc. XX, percurso da atual rua de Santana (Azevedo, 2020).

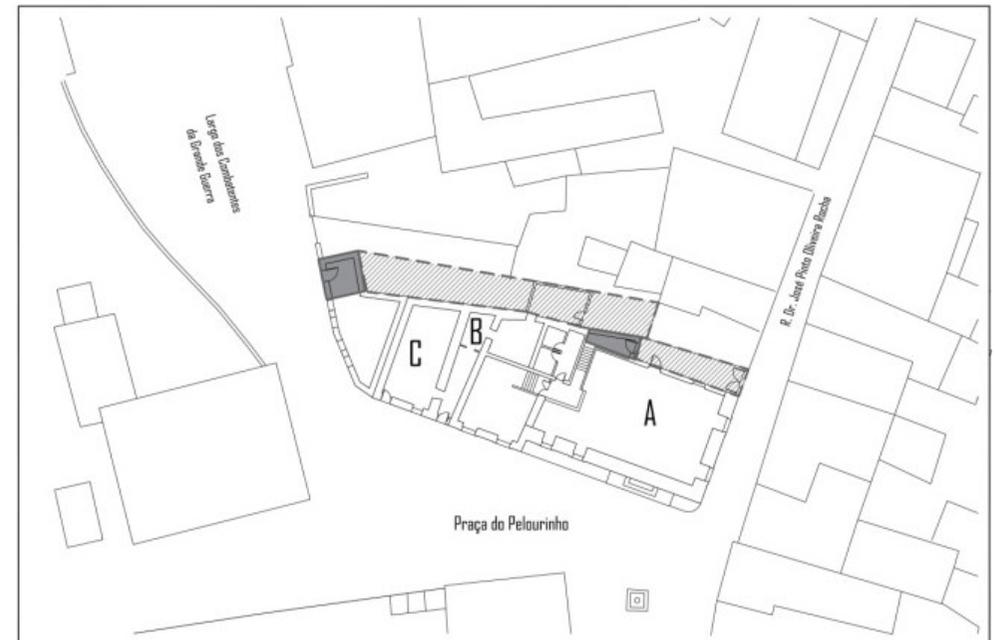


Figura 4. Simulação da rua das traseiras da Casa da Câmara sobre planta de levantamento, a tracejado e a cinzento-escuro. A - Casa da Câmara e torreão; B – Ruína 3 (oriental); C – Ruína 4 (ocidental).

Com os trabalhos de acompanhamento arqueológico executados na antiga Casa da Câmara e nas construções envolventes (Henriques, 2021) pudemos identificar uma provável rua nas traseiras deste edifício. A rua em causa teria orientação este – oeste, manteve-se quase totalmente a céu aberto até à atualidade e abrangeria as

¹⁰ Tradução livre e transcrição de Leonel Azevedo (2020, 447, nota de rodapé 1624) a partir de George Landmann (1818), *Historical Military and Picturesque Observations on Portugal*, Vol. II, London.

traseiras da casa da Câmara e de duas outras pequenas edificações, ruínas oriental e ocidental (figura 10), e a lateral da casa de D. Leonor (figura 1, nº1, 3, 4 e 5). Mais tarde, este espaço foi absorvido pela casa da Câmara, pela casa 3, em ruínas, e pela casa de D. Leonor (figura 1). Nestas duas últimas, foi transformada em logradouro. Este espaço, ao ar livre e vazio de construção, tem continuidade praticamente linear entre a rua Dr. José Pinto de Oliveira Rocha, antiga rua do Espírito Santo, e o largo dos Combatentes da Grande Guerra (figura 3, nº8). A rua não teria mais de 2,5m de largura. Não é de excluir que esta passagem proporcionasse acesso à masmorra / prisão da Câmara.



Figura 5. Imagem do início do século XX com o pelourinho, a Casa da Câmara e a capela de São Pedro

Na análise de uma fotografia (figura 5), do início do século XX, pode observar-se o pelourinho, a Casa da Câmara e a capela de São Pedro (Batista, 2001:77), que viria a desaparecer em 1911, para alargar a Casa da Câmara com a construção do torreão. Neste documento fotográfico vê-se um estreito espaço vazio entre o edifício da capela e a Casa da Câmara, talvez uma quelha. A existir, esta quelha ligaria a praça à provável rua por detrás da casa da Câmara, já mencionada.

Na figura 6 pode constatar-se a persistência de edificações baixas e não rebocadas em frente da Igreja Matriz.



Figura 6. Saída da missa no início do século XX (fotografia de Francisco de Paula).

Na leitura da Carta Militar de Portugal, de 1881, surge apenas uma única rua, atravessada por uma via que transpõe a serra da Vila (serra das Talhadas) em direção a Vila Ruivas e Fratel (figura 7).

O desenho neste extrato cartográfico (figura 7) documenta o alinhamento linear do casario, que acompanha o sentido das curvas de nível, após um cruzamento de vias de comunicação.

Uma disposição regular interrompida por outra via transversal que atravessa esta composição, sensivelmente a meio, onde se visualiza um ponto e um círculo, que poderá representar o pelourinho quinhentista e a praça pública descrita anteriormente, definindo esta forma um traçado urbano adaptado às condições naturais do terreno, seguindo o desenvolvimento das vias de comunicação existentes, que seriam possivelmente antigos caminhos de pé-posto.



Figura 7. Extrato da carta militar de Portugal de 1881.

Características das construções demolidas

O edificado tradicional o território de Vila Velha de Ródão, quanto à tipologia, está na transição entre o Norte e Sul de Portugal, apresentando técnicas construtivas e características etnográficas de ambas as geografias.

Na obra *Arquitectura Popular de Portugal* (Amaral et al, 2004) os territórios dos municípios de Vila Velha de Ródão e de Proença-a-Nova não estão identificados com um tipo específico de casa popular. Contudo, o território de Vila Velha de Ródão está abrangido pela sub-região A e Proença-a-Nova está na sobreposição entre aquela sub-região e a sub-região G, onde ocorrem “edificações de carácter estremenho”. Na respetiva cartografia, Vila Velha de Ródão está representada apenas com um pelourinho.

Aqui, «as casas encostam-se umas às outras, amparam-se, completam-se, interpenetram-se e cobrem-se, frequentemente, com grandes telhados comuns... Os vizinhos auxiliam-se e respeitam o essencial dessas regras tácitas de convivência, mesmo quando se odeiam, o que é frequente...» (Amaral et al., 2004:298).

Na *Etnografia da Beira*, Jaime Lopes Dias (1953:25-38) considera as habitações do distrito de Castelo Branco mais utilitárias do que luxuosas e subdivide-as nos quatro tipos seguintes: palácios e solares; casas ricas de proprietários abastados ou edificados modernamente em zonas urbanizadas; casas de lavradores ou proprietários remediados; casas de jornaleiros e criados.

Do ponto de vista geológico as construções do centro histórico de Vila Velha de Ródão assentam em depósito de vertente da serra das Talhadas, dominado por blocos de quartzito angulosos e argila.

Eram estas as matérias-primas usadas na construção, além do xisto¹¹. O quartzito e a argila estão presentes no local e na vizinhança próxima, enquanto o xisto ocorre em cotas inferiores, nas margens do ribeiro do Enxarrique, onde o depósito de vertente deixa de cobrir o soco antigo, e de outros locais.

Com base no tomo de 1741 sabemos que «*dentro em villa velha tem a hordem [Ordem de Cristo] e comenda duas casas terreas as paredes de pedra e barro e taipa*» (Azevedo, 2020:51). Nas construções demolidas foram também estes os tipos de materiais construtivos encontrados, de modo abundante.

Em imagens do início do século XX (figura 8 e 9) o casario do centro histórico era constituída por construções de um ou de dois pisos, de planta retangular ou subretangular e telhado de duas águas. Não há balcões nem varandas. No primeiro andar as casas tinham duas janelas e no rés-do-chão tinham unicamente a entrada ou uma janela. A ligação entre os pisos era interior. No exterior, os vãos do rés-do-chão de algumas casas apresentavam-se debruados a cal. Nas imagens observadas não se detetaram chaminés, que é uma característica comum da casa serrana.

Em documento fotográfico de Francisco de Paula, do início do século XX, podemos observar o largo do Pelourinho com várias casas, rebocadas e não rebocadas, construídas com blocos de quartzito anguloso e xisto. Nestas construções verifica-se que os blocos maiores estão colocados nos cunhais. Em duas casas, de primeiro andar, as padieiras das janelas quase rasam o beiral e em duas outras veem-se floreiras, em placas de xisto e aros de ferro.

¹¹ Fenómeno idêntico verifica-se nos aglomerados populacionais ao longo da serra das Talhadas (Foz do Cobrão, Ladeira, Sarnadinha, Chão das Servas) ou em Monforte da Beira (Leitão, 2010). A casa comum, em toda a parte, faz uso das matérias-primas disponíveis no local, exceto em casos de ostentação social do proprietário.



Figura 8. Largo da Praça. Imagem de Manuel Maria da Rocha



Figura 9. Largo da Praça, fotografia de Francisco de Paula.

Comparando três diferentes imagens (figuras 6, 8 e 9) do largo do Pelourinho, obtidas nas duas primeiras décadas do séc. XX, constatamos o predomínio de casas rebocadas nas faces exteriores.

Nos edifícios mencionados e nos que foram demolidos durante o acompanhamento arqueológico, as paredes fazem uso abundante de escassilhas, sob a forma de pequenas placas de xisto e de perpianhos.



Figura 10. Imagem de conjunto no Largo da Praça em 2009, vista de oeste. O edifício amarelo entrou em ruína e neste trabalho passou a ser designado como ruína oriental (adossado ao Centro Municipal de Cultura de Vila Velha de Ródão) e ruína ocidental.

Na obra *Arquitecturas de Xisto* (Calado & Paulo, 2006: 159 a 170) são indicadas, na aldeia de Foz do Cobrão, características semelhantes às observadas no centro histórico de Ródão.

As casas abrangidas pelo acompanhamento arqueológico, com exceção do edifício da antiga Casa da Câmara, e mesmo as que podemos observar nas fotografias do

início do século XX, pertencem ao último tipo da classificação de Jaime Lopes Dias (1953). São casas pobres, frequentemente de rés-do-chão, com lajes a revestir o piso térreo, ou de primeiro andar, com sobrado, sendo os compartimentos escassos e as divisões em taipa (barro misturado com palha, pedras e cortiça).

Casas comunicantes

Em observação prévia à demolição verificámos que a ruína ocidental (figura 1, nº4) comunicava em dois diferentes locais com a casa de D. Leonor (figura 1, nº5). Ambas as passagens se encontravam seladas, há várias décadas. A primeira, em cota inferior, comunicava com o que designámos de cave da casa de D. Leonor. Esta comunicação estava encerrada com blocos de quartzito e barro, em parte já caídos no soalho da ruína (figura 1, nº4). O lintel era uma placa de xisto e a entrada tinha 112cm de largura por 190cm de altura.

A segunda passagem, a cota superior, na ruína ocidental (figura 1, nº4), apresentava-se sob a forma de fissura regular na cal hidráulica, que condenou a porta. A base desta passagem estava repleta de entulhos oriundos da queda da parede exterior do edifício e de parte do telhado. A entrada tinha 95cm de largura. Esta passagem, do lado da casa da D. Leonor, estava ao nível do rés-do-chão, no lado sul da parede este e fora transformada em armário, construído para aproveitar o vão da porta. No fundo deste armário ainda era visível a porta, em madeira, com uma antiga fechadura. O topo do armário, que correspondia ao lintel da porta, estava materializado por placa de xisto.

Estas passagens podem ter duas explicações. A primeira, a mais provável, era a de que ambas as casas, agora separadas, pertenciam a um mesmo proprietário. Por exemplo, a ruína ocidental poderia ser uma área comercial, devido à posição estratégica que ocupava no contexto da Vila e à ausência de divisão interna, e a casa de D. Leonor a residência do proprietário do espaço comercial.

Existe uma outra explicação, já identificado em Fratel e em Alfrívada, para a presença de casas comunicantes entre si. Em 1982, Paulo Caratão Soromenho chama a atenção para o caso e escreve: «*Conta-se no Fratel [ou contava-se por volta de 1930, quando o autor recolheu o facto]: na rua do Canto da Aldeia Fundeira, na correnteza de casas que constitui o limite da povoação, todos os prédios [talvez uns dez] comunicavam entre si*». Segundo explicava o seu informante «*essa ligação interior era para facilidade de defesa no caso de ataque à povoação; e aventou ainda que o mesmo se daria noutras correntezas limítrofes da aldeia*» (Soromenho, 1982:2).

Na mesma notícia, Paulo Caratão Soromenho chama a atenção para uma nota de J. A. Pires de Lima, relativamente à judiaria de Barcelos, que transcreve «*quando foram demolidas as casas da judiaria, o meu amável informador viu que entre elas, havia portas de comunicação*» (Lima, 1940:92-93).

Ainda no que concerne a Fratel, Joaquim Caratão (2004:54) refere que «*interiormente [as casas] comunicavam umas com as outras, facto comprovado quando se procedeu à reconstrução das mesmas, pela existência de portas posteriormente tapadas*». E continua: «*esta ligação interior tinha como finalidade permitir aos seus habitantes principalmente aos mancebos, poderem despistar aqueles que os procuravam para a mobilização para as guerras ou para a execução de trabalhos forçados*».

Maria Amélia Horta Pereira (1970:327-328) regista um caso semelhante no sítio de Vila do Vilar (Vale de Grou, Envendos) em que todas as casas comunicavam entre si para se protegerem do monstro “Berra” que sobrevoava a aldeia.

Em 1973, em artigo publicado por F. Henriques pode ler-se que «*em Alfrívada, há um pequeno bairro de casas consideravelmente pequenas e baixas, na parte mais baixa [da aldeia] e mais perto da capela, as quais comunicavam entre si e com a capela (por subterrâneos)*». A defesa dos ocupantes foi a explicação dada na altura

por populares. Esta temática foi mais tarde igualmente registada por Caninas & Henriques (1982).

Para terminar a temática fazemos referência a duas aldeias do concelho de Proença-a-Nova: Malhadal e Corgas. No Malhadal, segundo Olímpio Guedelha (2019:158), «*algumas casas tinham um buraco (disfarçado com uma pedra) de uma casa para outra, por onde se passava um bocado de pão ou qualquer outra coisa que faltasse ao vizinho, sem necessidade de ir à rua em dias ou noites de gelo ou tempestade*» e nas Corgas «*entre as casas de jantar (1º piso) da ti Isaura e dos padres Cristóvão (paredes meias) havia uma abertura (pequeno buraco interior) por onde se passava o lume (fósforo ou candeia)*» (Guedelha, 2019:159).

Uma outra tentativa de explicação, para as casas comunicantes, é de que pertenciam, na época da construção, a familiares próximos, como por exemplo pais e filhos.

Número de pisos

No momento do acompanhamento arqueológico, nos anos de 2019 a 2021, apenas duas casas tinham um único piso, as ruínas designadas de oriental e ocidental (figuras 1, nº 3 e 4 e 10)¹². Estas construções localizavam-se entre a Casa da Câmara e a casa de D. Leonor (figura 1, nº 1 e 5, respetivamente) e estavam parcialmente em ruína. Defendemos que o edifício original da casa da D. Felismina era também de rés-do-chão. Em 1922 sofreu obras e foi-lhe acrescentado, entre outros elementos, o primeiro piso. Nesta mesma rua existem ainda algumas casas

¹² No terceiro volume da *Etnografia da Beira* de Jaime Lopes Dias existe uma fotografia, anterior a 1929, representando o pelourinho e a Casa da Câmara, de Vila Velha de Ródão, tal como a conhecemos hoje; no limite esquerdo vê-se a entrada da casa que designámos de ruína oriental e o alçado lateral da casa de D. Leonor (Dias, 1955:243).

de piso térreo¹³. Aceitamos também que a casa da D. Leonor fosse originalmente de um único piso, em virtude da diferença da estrutura murária entre o piso térreo, construído em blocos angulosos de quartzito e aglutinante, como todas as restantes construções, e os pisos superiores construídos em tijolo. Quando o compartimento menor, da cave, foi acrescentado em altura colocaram-lhe uma placa de cimento em dois terços da cobertura e placas de xisto no extremo sul¹⁴.



Figura 11. Placas de xisto a suportar o piso superior, Montes Matos (Alfrívada).

¹³ Em fotografias do início do século XX observam-se, no largo do Pelourinho, várias casas com um único piso (<https://www.cm-vvrodão.pt/viver/cultura-e-lazer/biblioteca-municipal-jose-baptista-martins.aspx>).

¹⁴ Este tipo de cobertura foi abundantemente observado em construções de dois pisos em Montes Matos (Alfrívada, Vila Velha de Ródão, figura 11).

Revestimento do chão

Na atualidade, era diversificado o tipo de piso térreo das construções alvo de acompanhamento arqueológico. No edifício da Casa da Câmara, incluindo o Torreão, não se identificou qualquer piso antigo, em virtude das muitas obras que sofreu. Na casa da D. Felismina, sob uma espessa camada de cimento, foram identificadas lajes de xisto a revestir o chão (figura 12), exceto nos locais de passagem de condutas para água e saneamento. Na cave da casa de D. Leonor todo o solo foi revestido com cimento e pelo tipo de demolição executado não foi possível reconhecer placas de xisto que porventura pudessem existir sob o cimento. Na ruína ocidental, devido ao abatimento de parte da parede e do telhado e em consequência do tipo de demolição executada, não foi possível identificar revestimento no piso térreo. O solo, na ruína oriental, era revestido a cimento, exceto na cozinha que tinha placas de xisto. Não se exclui a hipótese de no restante espaço, sob a camada de cimento, existirem placas de xisto.



Figura 12. Casa de D. Felismina: placas de xisto encontradas sob o mosaico e espessa camada de cimento.

Nesta região, o revestimento do chão com placas de xisto era relativamente comum até há algumas décadas atrás, como é referido nas povoações de Santo André das

Tojeiras (Rodrigues 2000:104 e 105), em Benquerenças (Belo 1985:39), em Retaxo (Tomás 2007:16) ou mesmo, um pouco mais longe, em Tinalhas (Jorge 1986:357).

Para esta região, há informações orais acerca da utilização, em algumas casas, de bosta de vaca amassada no interstício entre lajes, material que permitia controlar as diferenças térmicas entre pisos.

Sobrados

As edificações em apreço, com mais de um piso, tinham o sobrado em madeira de pinho, excetuando a antiga Casa da Câmara que passou a placa de cimento após as obras de reconversão no CMCD de Vila Velha de Ródão¹⁵. Até essa ocasião o sobrado era de madeira e o acesso ao primeiro andar fazia-se por escadaria interna, do mesmo material.

As casas de D. Felismina e de D. Leonor tinham um forro que intermediava entre o telhado e o topo dos compartimentos do primeiro piso. Esse forro, baixo, era constituído por tábuas de madeira justapostas e sempre em telha vã. Na casa de D. Leonor acedia-se a ele através de um alçapão no teto de um dos quartos. Na casa de D. Felismina esse acesso fazia-se através de uma escada a partir de meia altura da parede, sendo necessária uma outra escada móvel ou outro modo de acesso àquela. Esta solução teria como objetivo libertar espaço no pequeno compartimento.

A casa da ruína ocidental não apresentava vestígios de sobrado ou de qualquer revestimento sob os caibros. Entretanto, as paredes que restavam estavam pintadas a amarelo acima do que poderia ser um forro (sótão). Também não havia vestígios de acesso a este lugar nem de fixação dos caibros. Abaixo deste forro as

paredes estavam pintadas a branco. Era uma casa a telha vã, muito comum na região.

A casa da ruína oriental tinha duas realidades diferentes. O corredor, que ligava a entrada da casa à cozinha, era forrado a tábuas justapostas, suportadas por caibros. O compartimento maior e a cozinha eram, primitivamente, em telha vã e em época recente foi forrado com folhas de *platex*, de que restavam vestígios.

Divisões internas

Os materiais usados na divisão interna da casa são pouco variados. cremos que dependeu da época em que foi transformada ou construída. Na casa de D. Leonor, a divisão da cave consistia em espessa parede de quartzito e argamassa, revestida com cal hidráulica. Nos andares superiores foi utilizado “tabique”, vulgarmente designado de “francês”, constituído por tábuas adossadas umas às outras, na vertical, às quais se pregaram, na horizontal, ripas estreitas em madeira para fixar a cal hidráulica¹⁶. Esta estrutura formava um bloco leve que o sobrado suportava. Frequentemente, quando se usava tabique, as plantas do piso térreo e do primeiro andar coincidiam, de modo que as divisões internas do r/c suportassem parte do peso das divisórias do primeiro andar. Na casa de D. Felismina as paredes do primeiro andar eram construídas em tabique (“francês”) que tinha na sua constituição barro, madeira e cortiça (figura 13). A cortiça substituiu a pedra e diminuía, substancialmente, o peso. As divisórias tinham 15cm de espessura. Sobre a ripagem, do tabique, a camada de cal hidráulica tinha 2cm de espessura. Esta técnica e a respetiva designação eram também usadas em Fratel (Caratão, 2004).

¹⁵ Na primeira metade dos anos 80 do século XX.

¹⁶ Durante a demolição de estruturas não se identificou a presença de palha amassada com barro, frequente noutros lugares próximos como em Monforte (Leitão, 2010:92).

Numa pesquisa não exaustiva, no concelho de Castelo Branco, confirmou-se a presença deste tipo de divisória em Tinalhas, no Monte da Ameixeira e Quinta do Búzio e em Juncal do Campo. Em Tinalhas escreve Jorge Brás (1996:359) que a sala era dividida das outras divisões «por uma parede de taipa, feita de ripas de madeira entrançada com vides e palha e revestida com barro e cal». No Monte da Ameixeira e Quinta do Búzio «as divisões interiores – muitas apenas por meio de tabiques – eram rebocadas com barro cru e algumas vezes “caleadas” com leite de cal» (Prata, 1996:70). Em Juncal do Campo «as “divisões” das casas, geralmente, eram feitas com “tabique”, isto é, uma estrutura em madeira com cerca de 12cm de largura, que era cheia com barro e palha. Também eram fixadas tábuas, ao alto, de modo a formar um “tabuado”...» (Matos, 1983: 147).



Figura 13. Pormenor de divisão interna com tabique, ou “francês” (preenchido com cortiça e argila) na casa de D. Felismina.

Poiais

Os poiais são estruturas baixas, em alvenaria, frequentemente revestidas a cal hidráulica ou cimento. Eram relativamente frequentes no exterior das casas, junto da entrada, onde as pessoas se sentavam e conviviam e nos fornos onde assentavam os tabuleiros e as maceiras.

Neste trabalho foram identificadas em duas construções, na cave da casa da D. Leonor (figura 14) e na ruína oriental. Na primeira das casas o poial é baixo, com a altura de um assento comum, está adossado à parede e circunda quase totalmente este espaço. A sua superfície não é horizontal.

Na ruína oriental o poial situa-se unicamente ao longo da parede este. É construído em alvenaria de quartzito e revestido a cal hidráulica em altura e aguada de cimento no assento.



Figura 14. Poial adossado à parede na cave da casa de D. Leonor.

Na bibliografia regional escasseiam registos desta natureza, acerca do interior dos edifícios. Os registos disponíveis reportam-se ao exterior, como em Tinalhas onde Horácio Jorge (1996), escreve que são comuns junto da entrada exterior da casa, ou em Monforte da Beira (Leitão, 2010)

Cantareiras ou armários de parede e nichos

No interior de uma casa, a cantareira é o lugar onde se guardam os cântaros com água, loiças e outros bens. Pode ser em madeira ou estar embutida na parede. É constituída por várias prateleiras, divididas por placas de xisto ou de madeira. É variada a altura de cada uma das prateleiras, estando condicionada pelo uso. A de maior altura situava-se na metade inferior e destinava-se a colocar os cântaros com água potável. Nas restantes prateleiras eram expostos os melhores pratos. Numa casa tradicional a cantareira situava-se na sala de entrada ou na cozinha. Nesta região, era considerada um “luxo” na casa dos pobres.

No decorrer dos trabalhos de acompanhamento arqueológico identificámos quatro cantareiras e um nicho (Henriques, 2020 e 2021). Uma foi identificada na casa de D. Felismina, entaipada, duas situavam-se na ruína ocidental e uma outra na ruína oriental.

A cantareira da casa de D. Felismina estava condenada. Na configuração atual da casa não poderia ser utilizada, porque nesse sitio se posicionava a escada de acesso ao primeiro andar. A cantareira terá sido condenada aquando das obras de remodelação do edifício em 1922. O seu espaço foi preenchido com pedra miúda de quartzito anguloso, barro e um bloco bem rolado do mesmo material. As prateleiras eram em madeira e foram retiradas durante o entaipamento. A cantareira tinha configuração retangular (86cm de altura por 63cm de largura), estava dividida em três espaços (28cm, 25cm e 33cm de altura) sendo o inferior, destinado aos assados de água, de maiores dimensões. Sobre a cantareira havia um pequeno postigo, para o exterior. A separar a cantareira do postigo havia uma

única placa de metagrauvaque e na base havia uma outra (figura 15). Na observação das paredes, antes do início das obras, não se reconheceu esta cantareira, por falta de indícios exteriores da sua presença.



Figura 15. Cantareira embutida na parede, depois de limpa, e respetivas medidas.

Na ruína ocidental existiam duas cantareiras, uma ao fundo da casa, na parede norte e outra na parede oeste. Além das cantareiras existia um nicho na parede oeste. Tanto as cantareiras como o nicho estavam embutidos na parede.

Uma das cantareiras estava dividida em quatro compartimentos por três placas de xisto, tal como o fecho superior da mesma. O fecho posterior da cantareira era também formado por placas de xisto. A prateleira inferior estava, parcialmente, abaixo do nível do solo. Por isso, em data recente foi colocada uma pequena proteção de cimento para que os líquidos derramados no solo não a invadissem. Esta prateleira é mais estreita (110cm) do que as restantes (144cm). A divisória central tem apenas 12cm de largura, tendo as restantes 36cm. A largura diminuta estava relacionada com a colocação dos asados da água e da sua serventia. Não se conseguiria, sem algum esforço, retirar água dos asados se a largura da divisória fosse semelhante às restantes (figura 16). O interior da cantareira, e a restante parede, estavam revestidas com espessas camadas de cal (ou barro claro) sobre outras de ocre de cor amarela.

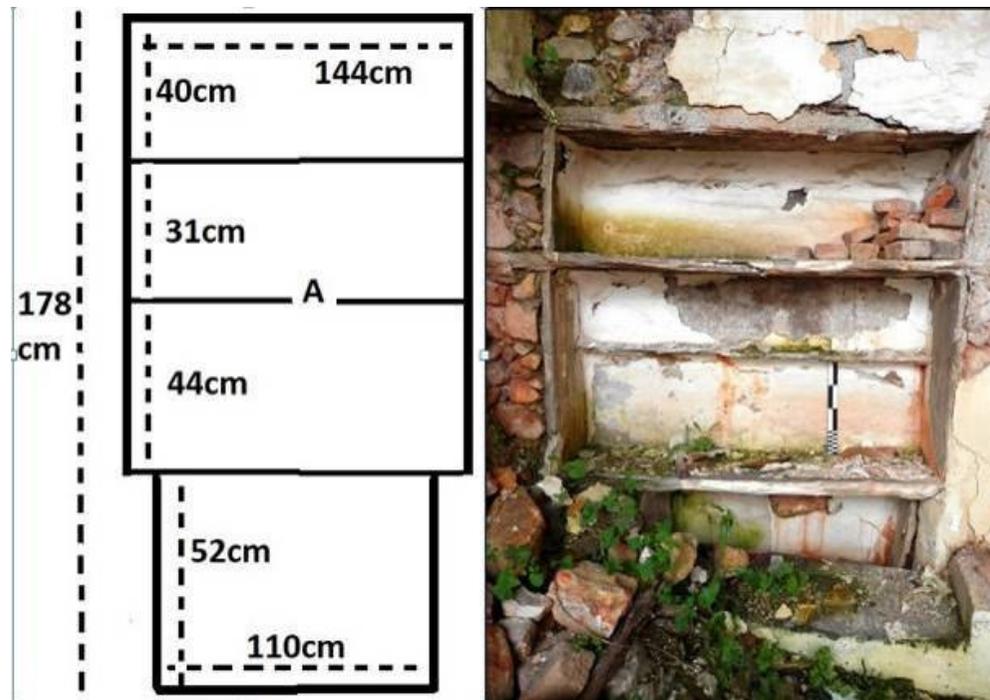


Figura 16. Cantareira, ruína ocidental

A outra cantareira, de configuração retangular, estava embutida na parede oeste. Interpretámo-la como cantareira pela presença da estreita placa de xisto que divide os dois compartimentos, com cerca de 10cm largura, inferior aos 35cm de profundidade do compartimento. A base é uma placa de xisto e o topo um toro afeiçoado de azinheira. Tem 118cm de altura, 66cm na prateleira cimeira e 52cm na prateleira fundeira. A largura é de 88cm. A base da cantareira está 60cm acima do solo (figura 17).



Figura 17. Segunda cantareira na ruína ocidental, parede oeste.

Na ruína oriental, no compartimento usado como cozinha, existe uma cantareira embutida na parede oeste. O fecho superior desta estrutura resultou do

reaproveitamento de uma placa de xisto que serviu de lintel de uma porta, como sugerem os dois buracos de contorno retangular, um em cada um dos extremos da placa. A cantareira está dividida em dois espaços, por uma outra placa de xisto. O compartimento superior tem 128cm de altura e o inferior 52cm. Nas prateleiras, foi colocado um rebordo baixo, em cimento, para evitar escorrimento de humidade. A cantareira tem 187cm de altura, 100cm de largura e 38cm de profundidade. Situa-se 16cm acima do solo (figura 18).



Figura 18. Ruína oriental, cantareira existente no compartimento da cozinha.

Estas cantareiras têm configuração retangular, estão embutidas na parede e têm duas a quatro divisões. Não se documentaram medidas regulares, na altura e na largura. As divisões eram feitas com placas de xisto, exceto na casa de D. Felismina, e o topo de uma das cantareiras da ruína ocidental, consistia em madeira de azinho. A profundidade é a medida mais próxima entre os vários exemplares observados, variando em três casos entre 35cm e 38cm; a profundidade da cantareira da casa de D. Felismina atingia 22cm.

Na bibliografia regional, tanto nas áreas de granito como de xisto, encontram-se várias referências a cantareiras, nomeadamente a sua localização e os conteúdos de cada prateleira.

Em Tinalhas a cantareira situava-se na sala, embutida numa das paredes e servia para guardar loiças “graves” (Jorge, 1996:359). Em Sarzedas, encontrava-se na cozinha e servia para guardar loiça e os asados de barro (Oliveira, s/d:23). Em Cafede, a cantareira poderia ser em madeira ou em pedra, embutida na parede e tinha quase sempre três prateleiras. «Na prateleira inferior um caldeiro de ir à fonte, outro de tirar água à burra e um regador; na prateleira do meio dois asados em barro, e na prateleira superior, em lugar de honra, uma caldeira de cobre reluzente e alguns pratos de loiça ornamentais» (Castela, 1996: 68-69). Em Santo André das Tojeiras as cantareiras eram geralmente em madeira, sendo a parte inferior ocupada com os asados ficando por cima os pratos de barro (Rodrigues, 2000:104 e 115). Na área de Proença-a-Nova a cantareira posicionava-se na cozinha e aí se expunham os “pratos vistosos” e os cântaros (Soares, 2001:69). Em Benquerenças, este elemento situava-se no rés-do-chão da casa e nele se exibiam os pratos “graves” e a bilha da água (Belo, 1985:36). Em Amarelos, Sebastião Canelas (2016:21) publica uma fotografia onde se pode observar uma menina sobre uma cadeira e em segundo plano uma cantareira embutida na parede. A cantareira inicia-se ao nível do solo e tem cinco prateleiras. A primeira, de baixo para cima, tem altura compatível com a colocação das talhas de água e é ocupada com um grande prato, a segunda tem pequena altura e a divisória é também mais estreita. Na terceira, assentavam asados, sendo alta. A quarta é pouco alta, e também mais

estreita, para colocação de asados, mas está ocupada com pratos. A quinta tem uma base larga e tem pratos. Pela regularidade da espessura é provável que as divisórias da cantareira sejam em madeira. No mesmo trabalho o autor apresenta um conjunto de fotografias do monte do Vale da Pereira (Atalaia), em ruínas. Na primeira observa-se uma parede com uma cantareira embutida na parede com três compartimentos. Na fotografia não parece existir grande diferença de altura entre cada prateleira (Canelas, 2016:58). Noutra fotografia de Monforte da Beira (Leitão 2010) surge uma outra cantareira embutida na parede em que a divisão de maior altura se encontra mais perto do solo. Nesta aldeia há registo de cantareiras embutidas na parede e móveis em madeira que servem de cantareiras. Na povoação vizinha de Malpica do Tejo observam-se duas outras fotografias de cantareiras embutidas na parede (Amaral, Lobo & Malato, 2004:254). Em Rosmaninhal a cantareira é igualmente um importante elemento funcional e decorativo. Em muitas casas pode ainda observar-se a “pedra dos asados”, em granito, mais ou menos rica em elementos decorativos e todas com um orifício estreito, na face frontal, para drenar a água acumulada pelo ressumar dos asados.

Em Fratel, conhecemos um armário embutido na parede (cantareira), em que a placa de xisto da sua base é amovível tornando-o, deste modo, num esconderijo. Não se observam vestígios do esconderijo na face da parede, nem a placa de xisto apresenta indícios de poder ser retirada. No passado, este edifício pertenceu a famílias de comerciantes.

Jaime Lopes Dias (1970) dá especial atenção à cantareira beirã, assinalando a sua função, implantação na casa rústica, conteúdo de cada prateleira e outras informações.

O arqueólogo Marcos Osório (2009) chama ainda a atenção para um tipo de cantareira, que o autor designa de armário de pedra, na zona histórica das povoações de Sabugal e Vila Maior, e levanta a hipótese de alguns desses

armários terem servido para guardar os rolos dos manuscritos da *Torah* e a lâmpada perpétua. Estes armários, designados de *aron hakodesh* ou *hekhal*¹⁷, são em granito, geralmente compostos por dois compartimentos, voltados a nascente, frequentemente no primeiro piso. Os armários de pedra do Sabugal encontram-se em edifícios com algum valor arquitetónico e o de Vila Maior está num palheiro.

Na ruína 1 (ocidental), na parede este, observa-se um pequeno nicho embutido na parede. A base, o topo e o fecho posterior são em placas de xisto. Esta cavidade tem configuração retangular, com 55cm de largura, 47cm de altura e 34cm de profundidade (figura 19).



Figura 19. Pequeno nicho embutido na parede este da ruína ocidental.

¹⁷ *Aron hakodesh* designação pelos judeus Asquenazi e *hekhal* pelos judeus Sefarditas.

Espólio arqueológico identificado durante o acompanhamento arqueológico

Nos escombros das demolições e nas escavações dos alicerces das novas construções foram encontrados diversos elementos móveis de interesse arqueológico.

Fragmento de relógio de sol

Na fase de demolição foi identificado nos escombros um fragmento de relógio de sol inciso sobre tijoleira (figuras 20 e 21). O achado ocorreu na área do torreão. O bloco de tijolo que suporta o relógio apresenta vestígios de pequenas fraturas antigas e uma fratura recente, de maior dimensão, provocada, provavelmente, pelos trabalhos de demolição. Procurou-se, de modo exaustivo e sem sucesso, a parte em falta. No mostrador observam-se vestígios de pintura com cal (entre as horas três e quatro) e argila, por ter integrado o interior da parede. No topo e à direita observa-se o limite original do mostrador.

O bloco de argila sobre o qual foi gravado o mostrador do relógio de sol tem formato subretangular (14,7cm x 10cm x 4cm de espessura). Quando completo teria, muito provavelmente, formato retangular e estaria fixo na vertical, na face sul da capela de São Pedro ou da antiga Casa da Câmara. Este tipo de instrumento era relativamente comum em edifícios civis ou religiosos. Após a perda de funcionalidade terá sido integrado nas paredes do torreão¹⁸.



Figura 20. Frente e verso do fragmento do relógio de sol.

No mostrador podemos observar: um conjunto de cinco linhas de graduação que irradiavam do estilete, uma horizontal com seis centímetros de comprimento (topo direito) e quatro oblíquas (7,3cm, 10cm, 8,3cm e 2cm, medidas do topo para a base). Devido à fratura do bloco nenhuma destas medidas corresponde ao tamanho original.

Na vertical existe uma única linha com 12,8cm de comprimento, que limita três das linhas de graduação anteriores. Ao longo desta linha observam-se três pequenas incisões oblíquas (frações da hora). Duas entre as horas cinco e seis (0,5cm e 0,7cm de comprimento) e outra que é a continuação da linha de graduação que representa a hora cinco (0,9cm).

¹⁸ Consideramos plausível que o material pétreo da demolição da capela de São Pedro tenha sido utilizado na construção das paredes do torreão, edifício que ocupou o lugar da capela em 1911.

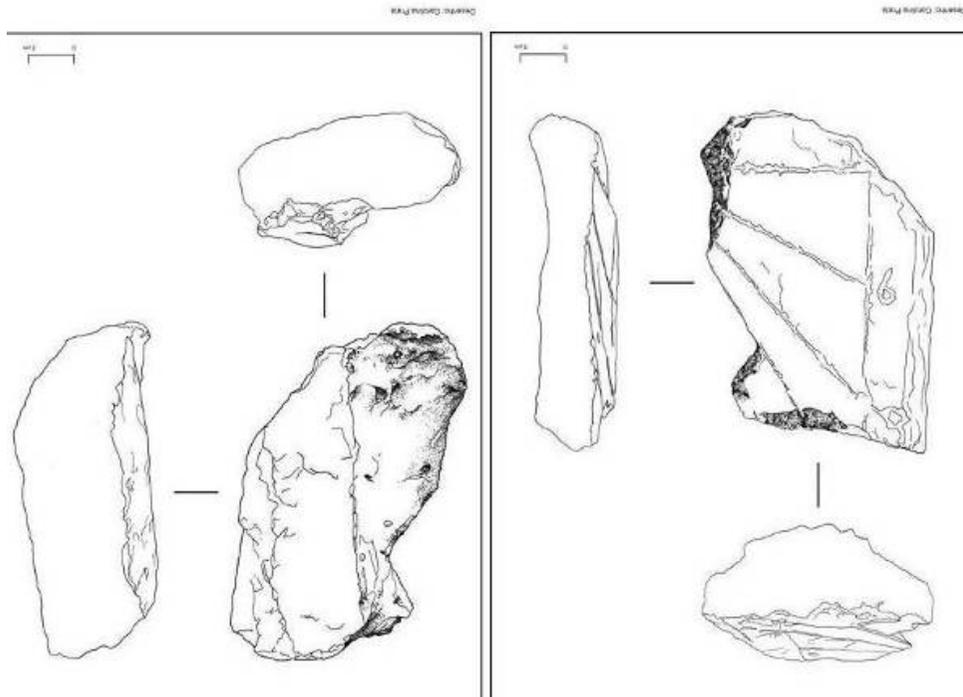


Figura 21. Frente e verso do relógio de sol (desenho de Carolina Prata).

Entre as linhas vertical e horizontal, que limitavam o relógio à direita e no topo, e o limite do mostrador, existe uma margem de 2,7cm e 2,2cm, respetivamente. É na margem vertical que estão gravados os números S (5) e 6, sinalizadores das horas.

Os relógios de sol eram frequentes nas paredes exteriores sul dos recintos religiosos e é vasta a bibliografia sobre este tipo de instrumentos. Mas, na quase generalidade dos casos, têm suportes em rocha, frequentemente granito (Sé de Évora, por exemplo), ou xisto (Assumar, Monforte). Sobre argila (tijoleira) apenas se consegui identificar um caso na igreja paroquial de Nossa Senhora da Graça, em Mosteiros (Arronches) representado na figura 22. Não se obteve a datação para esta igreja do Alentejo, ainda que os registos mais antigos sejam de 1711 (<https://digitarg.adptg.arquivos.pt/details?id=1002553>).

Creemos estar perante um fragmento de relógio setecentista (séc. XVIII) em virtude da numeração árabe, e não romano como era comum até então, e pelos traços que sinalizam as frações da hora que também surgem nesta época (Silva, 2007).



Figura 22. Relógio de sol sobre tijoleira da igreja paroquial de Mosteiros, Arronches (fotografia de Jorge Oliveira).

Em Espanha, na localidade de Belvis de Monroy, na província de Cáceres, no decurso de escavações arqueológicas num antigo Convento dos Franciscanos Descalços foi descoberto um fragmento de relógio de sol horizontal fabricado sobre ladrilho de barro cozido (Guía de relojes de sol de Extremadura, 2020, Junta de Extremadura: 54-57¹⁹). Trata-se de uma peça que foi datada dos séculos XVII-XVIII e que está patente no Museu de Cáceres (figura 23).

¹⁹ Consultado em: <https://extremadurabuenasnoches.com/wp-content/uploads/relojes-de-sol-EBN.pdf>



Figura 23. Relógio de sol de Belvis de Monroy (Guía de relojes de sol de Extremadura, 2020: 56).

Tampa

Ainda nos escombros da derrocada das estruturas pré-existentes, no espaço ocupado pelo Torreão e pelas ruínas das casas imediatamente a oeste (ruína ocidental e ruína oriental) foi recolhido uma “tampa” talhada a partir de um tijolo maciço. Esta tampa tem 12,5cm de diâmetro e uma espessura variável entre 3,2cm e 3,5cm. No rebordo na quase totalidade do seu perímetro, observam-se pequenos traços verticais, muito discretos, resultantes de talhe. Não é de excluir a hipótese de ter servido de tampa de asado, pelo número de cantareiras existentes. Apresenta indícios de ter integrado o interior de uma parede (figura 24 e 25).

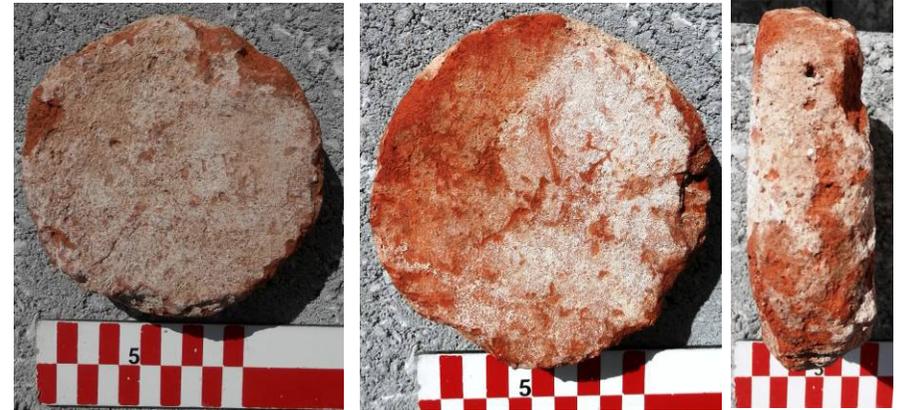


Figura 24. Tampa feita de tijolo maciço (frente, verso e lateral).

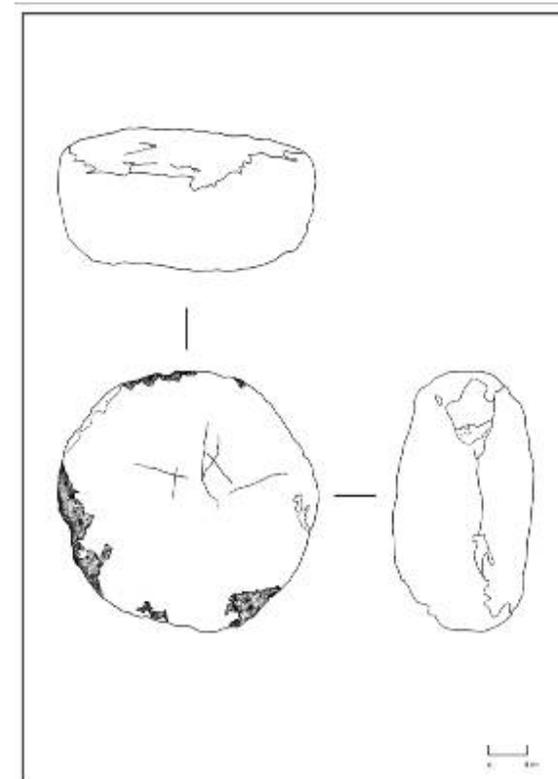


Figura 25. Presumível tampa (desenho de Carolina Prata).

Ombreira de porta ou janela

Bloco de granito de grão grosso que pode ter pertencido à ombreira de uma porta ou de uma janela. Não se exclui a possibilidade de ter pertencido à porta da capela de São Pedro. Apresenta vestígios de reboco pintado a branco e cinzento. Tem 48cm de comprimento, 44cm de largura e espessura a variar entre 24cm e 26cm (figura 26).



Figura 26. Ombreira de porta ou janela.

Bloco de granito 1

Nos escombros da demolição, também na área da capela de São Pedro / Torreão, identificou-se um bloco de granito, de grão médio/fino, com configuração sugestiva de um fragmento de estela discoide, de cabeceira ou fragmento de tampa de sepultura, na qual parecia observarem-se incisões muito erodidas, sobre uma das faces, e picagem. Após limpeza e MRM (Modelo de Resíduo Morfológico) do bloco

constatou-se da inexistência de qualquer evidência de gravação, embora se observe uma pequena depressão na parte central superior e picagem (figura 27).

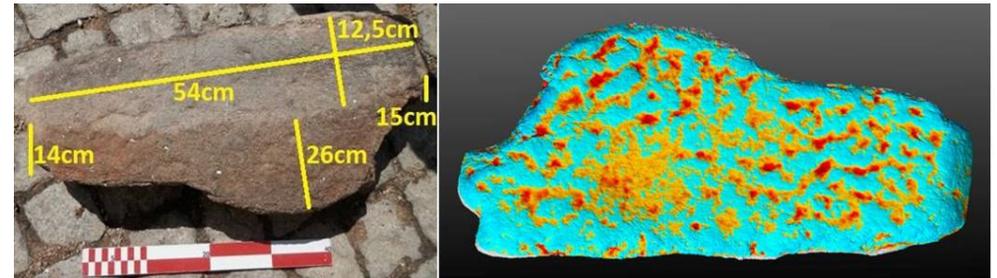


Figura 27. Bloco de granito nº 1. Imagem de MRM produzida por Hugo Pires.

Blocos de granito 2 e 3

Nos escombros que integravam o Torreão identificou-se um bloco subparalelepípedo (figura 28, bloco 2) em granito de grão grosso e superfícies irregulares. Tem 19cm de espessura, 46cm de comprimento e 30cm de largura.



Figura 28. Blocos de granito 2 e 3, respetivamente.

Foi encontrado, na parede oeste do Torreão, um outro bloco de granito, de grão médio, também de feição subparalelepédica, com superfícies não afeioadas e vestígios de fratura recente. Este bloco tem 16cm de espessura, 21cm de comprimento e de 21cm largura (figura 28, bloco 3).

Bloco de granito 4

Foi também observado um bloco de granito paralelepédico no muro que limita a norte a área do projeto. O referido muro está em mau estado de conservação. O bloco não terá sido arrancado do lugar original, mas partido. No topo tem chumbado um gancho, em material ferroso. O gancho tem forma circular, com 6cm de diâmetro. A superfície do bloco é relativamente irregular, sem polimento. A face exposta tem 30cm de comprimento, 29cm de largura e 27cm de espessura (figura 29). Não se prevê a demolição deste muro.



Figura 29. Bloco de granito que integra a parede que limita o projecto, a norte.

Estrutura negativa e espólio respetivo

Após a limpeza dos entulhos e o início da escavação para proporcionar maior pé alto à cave do edifício, identificou-se uma ocorrência bem diferenciada, na área este do Torreão, sob uma janela²⁰, no sítio onde esteve, no passado, a parede lateral este da capela de São Pedro, ou mesmo no espaço vazio que existiria entre a Casa da Câmara e a referida capela (figuras 5 e 30). Essa evidência era uma estrutura cujos clastos estando bem arrumados não formavam uma parede. Foi sendo interpretada, provisoriamente, como o alicerce da capela. Mas esta explicação deixava sem resposta a questão: porque motivo, o alicerce da Casa da Câmara, edifício de muito maior dimensão, e o Torreão, também de grande volumetria, eram menos profundos que aquela parede. Mais tarde, foi ainda interpretada como sendo o preenchimento de uma estrutura negativa (provável vala ou quelha) existente no espaço situado entre a Casa da Câmara e a capela de São Pedro.



Figura 30. Implantação da estrutura negativa no contexto da obra, face sul.

²⁰ Antiga porta de acesso ao Torreão fechada aquando da remodelação do edifício, no início dos anos 80 do século XX, para conversão no CMCD de Vila Velha de Ródão.

Após limpeza verificou-se que se encontrava no canto sudeste do torreão ocupando também o canto sudoeste da casa da Câmara (figura 31) e carecia de explicação. Esta ocorrência não se repetia em nenhum outro local da obra.



Figura 31. Estrutura negativa após a limpeza inicial.

No final de uma reunião de obra, chamou-se ao local, o arquiteto do projeto, o engenheiro fiscal, da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, o engenheiro da obra, o encarregado e um operário, com largos anos de experiência. Esta reunião tinha dois objetivos principais: o de sensibilizar para a importância arqueológica do lugar e o de obter propostas de explicação para aquela estrutura negativa. Após uma breve historial e contextualização do lugar, pediram-se opiniões

Após a discussão, houve unanimidade em considerar que o aparelho construtivo observado não poderia corresponder a uma parede para suportar peso elevado,

mesmo o peso da capela. Observou-se que as pedras estavam muito mal-arrumadas para poderem formar uma parede. Foi questionado se não teria sido a base de uma construção anterior, depois preenchida de modo quase caótico, até porque os materiais exumados surgem no fundo desta estrutura. Noutra hipótese a estrutura negativa poderia corresponder a uma antiga quelha entre a capela de São Pedro e Casa da Câmara, tendo sido preenchida aquando da construção de qualquer um dos edifícios referidos.

Com a continuação do trabalho de rebaixamento, na parte interna do edifício, verificou-se que esta unidade era mais complexa e que carecia de uma explicação mais condizente.

Neste lugar fez-se apenas a limpeza da superfície exposta, porque a referida estrutura se encontra sob a parede do Torreão e da casa da Câmara, não estando sujeita a demolição.

A estrutura negativa tem 114cm de profundidade máxima, desde a superfície (azulejo do interior do torreão) até ao fundo da estrutura em causa, e 66 cm abaixo do alicerce da Casa da Câmara. Está recuada 25cm em relação à face vertical, escavada pela máquina, e no lugar onde foi encostada a parede em betão armado que acompanha, pelo lado interno, a parede da Casa da Câmara e o Torreão.

A regularidade da face exposta daquele aparelho construtivo e a ausência de outros indícios sugerem que se conserva o limite norte da estrutura.

Após limpeza e delimitação dos elementos integrantes da estrutura foram identificadas sete unidades estratigráficas (figura 32).

Antes da selagem definitiva do sítio foi solicitado o levantamento fotogramétrico da ocorrência, trabalho realizado por Hugo Pires (figura 33).

Todo o espaço foi mantido e selado com uma espessa manta de geotêxtil.



Figura 32. Unidades estratigráficas do sítio arqueológico. Legenda: A – Piso do torreão em mosaico com 1cm de espessura; B – Betonilha – camada de cimento no interior da qual passam os tubos com os fios elétricos, com sete centímetros de espessura; C – Betão com pequenos seixos rolados, tem cerca de 4cm de espessura; D – Argila, placas de xisto dispostas horizontalmente e sub-horizontais, unidade estratigráfica de espessura variável; E – Estrutura negativa preenchida com blocos de quartzito angulosos e algumas placas de xisto, arrumados e sobrepostos. A terra entre o material pétreo é argilosa com mistura de algum solo humoso, mais escuro. A 20cm abaixo do azulejo, que revestia o chão do torreão, foram encontrados dois fragmentos de pregos, em ferro; F - Depósitos de vertente rico em argila de cor vermelha, alaranjada, amarela e branca e alguns blocos quartzíticos; G - Base da estrutura negativa preenchida com parede. É constituído por blocos de quartzítico que entram em contacto com as argilas do depósito de vertente e terra muito mais escura (humosa), contrastando muito bem com o substrato geológico (argilas vermelhas, brancas e amarelas fruto da meteorização do xisto). Na base desta UE foram encontrados vários fragmentos de cerâmica (vidrados, cerâmica de construção), um fragmento de lâmina de sílex, várias esquirolas ósseas e blocos ferruginosos de restos de fundição. A área dos achados é muito reduzida e parece ter sido um arrastamento do solo envolvente, com os respetivos detritos, para a base da estrutura. Neste espaço foram ainda observados raros microfragmentos de carvão, de que não se fez recolha.



LEVANTAMENTO FOTOGRAFIMÉTRICO
ESCAVAÇÃO MUSEU
VILA VELHA DE RÓDÃO



Figura 33. O alçado esquerdo corresponde ao limite oeste da Casa da Câmara; o alçado da direita corresponde à face sul do torreão (fotogrametria de Hugo Pires)

Espólio arqueológico da estrutura negativa

O espólio arqueológico oriundo da estrutura negativa jazia em duas UE diferentes. Dois pequenos pregos estavam a curta distância um do outro, no local assinalado pelo número 1 (figura 34), na UE que designámos de E (figura 32), à cota 177,9m. Todo o espólio restante surgiu numa área muito restrita (figura 34, nº 2), no limite inferior da estrutura, na UE G (figura 32), à cota 177,2m.



Figura 34. Estrutura negativa com a indicação dos pontos de recolha do espólio: nº 1 – dois pregos; nº 2 - restante material.

O espólio recuperado, embora exíguo, representa amostra de um contexto doméstico/habitacional. Foi possível identificar algumas tipologias e estabelecer paralelos compatíveis com uma cronologia centrada na primeira metade do século XVI. De entre o conjunto refira-se a presença de uma peça identificada como testo (figuras 35 e 45, nº 7). Tendo-se obtido o perfil completo da mesma, foi reconhecido um exemplar similar, proveniente do Castelo de Penamacor a que é atribuída uma cronologia dos sécs XV-XVI (Silvério, 2007: 15, figura 16, nº2).

A loiça de mesa, com melhor nível de acabamento está representada por peças vidradas ou esmaltadas a branco as quais, não sendo excecionais em termos da sua prevalência em contextos coevos, apontam, ainda assim, para ambientes de nível socioeconómico mais elevado.



Figura 35. Testo.

O fragmento de fundo de um prato esmaltado a branco (figuras 36, nº 1 e 44, nº 4), conquanto não seja possível perceber o perfil completo, preserva, contudo, algumas características formais, suficientes para estabelecer comparações. A decoração com círculos concêntricos azuis, a morfologia do ônfalo e do ressalto no interior da peça permitem remeter para as produções sevilhanas, ou produções portuguesas que nelas se inspiraram diretamente.

Os ateliers de Sevilha, sobretudo entre os séculos XV e XVII, alcançaram ampla dispersão pela Europa devido à profusão e qualidade das técnicas decorativas empregues em peças de requinte, essencialmente escudelas e pratos, revestidos com esmaltes estaníferos ou vidrados melados ou verdes. Face ao sucesso e enorme procura destas peças surgiram centros produtores em Portugal que replicaram esses conjuntos, de que é exemplo significativo a olaria da Mata da Machada, no Barreiro (Gil, 2005). No caso concreto desta peça resulta difícil

precisar a sua origem²¹ mas, deixando de parte essa problemática, as suas características permitem filiá-la na técnica decorativa conhecida por azul linear (Gutiérrez, 2000), reconhecida em inúmeros contextos modernos em território nacional de que poderíamos salientar um exemplar muito semelhante recolhido em Setúbal (Duarte, 2014: 227, figura 9, nº2) ou um outro, proveniente precisamente da Olaria da Mata da Machada (Gil, 2005: 40, nº 4). A cronologia atribuída a estas peças centra-se já em pleno séc. XVI.



Figura 36. Louça de mesa.

Do conjunto estudado salientam-se ainda dois pequenos fragmentos vidrados, um prato e uma tigela ou escudela (figuras 37, nº 1 e 2, 44, nº 1 e 45, nº 6), cuja reduzida dimensão torna difícil uma perceção mais aproximada da sua tipologia, ainda que não divirjam em termos formais e estilísticos das produções coevas do século XVI.

²¹ Luís Sebastian (2010:81) defende que “*pelo menos alguns exemplares destas louças esmaltadas recolhidas um pouco por todo o território português sejam de facto de produção nacional, indo contra a sua genérica atribuição a centros oleiros espanhóis como Sevilha*”.



Figura 37. Fragmentos de um prato e de uma tijela vidrada.

A cerâmica de construção surge representada por pequenos fragmentos de telha (figura 38), de características díspares, ostentando coloração e pastas diferenciadas, indiciando a sua correspondência a diversos exemplares.



Figura 38. Fragmentos de telha.

Em associação com o espólio cerâmico foram recolhidos dois nódulos de escória de ferro (figura 39), associáveis a trabalhos de fundição, constatando, de certo modo, uma divergência face a um conjunto que se pode, coerentemente, enquadrar numa típica lixeira doméstica.



Figura 39. Nódulos de escória de ferro.



Figura 40. Lâmina em sílex.

Destaque-se a presença de uma lâmina em sílex que ostenta precisamente vestígios de contacto com ferro, eventualmente ainda em fusão (figuras 40 e 45 nº 8).

No mesmo contexto foram ainda encontrados ossos, alguns de muito pequena dimensão e actualmente em estudo (figura 41). Numa primeira apreciação, realizada pelo prof. Francisco Curate, não são humanos.



Figura 41. Conjunto de ossos em estudo.

A cota superior, foram recolhidos dois pequenos pregos em ferro (figura 42) que corresponderão a uma fase posterior ao contexto caracterizado.



Figura 42. Pregos.

Catálogo do espólio exumado

1 - Tigela ou escudela vidrada. Fragmento de bordo ligeiramente extrovertido com lábio boleado. Peça revestida integralmente por vidrado de tons verde e amarelo (2.5Y6/6). A parede externa apresenta uma canelura muito suave abaixo da linha de bordo. Pasta pouco homogénea com presença de elementos não plásticos de muito reduzida dimensão. Apresenta tonalidade vermelha (2.5YR4/8) (figuras 37, nº 2 e 44, nº 1).

2 - Jarro (?). Bordo extrovertido com ligeira aba externa e lábio afilado. É possível constatar um estrangulamento do colo, abaixo do qual é visível o arranque de uma inflexão para o exterior que marcaria a transição para o bojo. A superfície ostenta coloração vermelha-clara. A pasta é pouco homogénea, sendo reconhecíveis elementos não plásticos de reduzida dimensão, tendo coloração vermelha-clara (2.5YR7/8) (figuras 43, nº 3 e 44, nº 2).



Figura 43. Outros fragmentos cerâmicos.

3 - Prato em faiança. Fragmento de bordo extrovertido e lábio biselado. Revestido por esmalte castanho muito claro (10YR8/2), bastante heterogéneo, sobretudo na superfície externa. A pasta é compacta e bem depurada apresentando coloração amarela-pálida (2.5Y8/4) (figuras 36, nº 2 e 44, nº 3).

4 - Fragmento correspondente ao fundo de um prato em faiança. Peça revestida com esmalte amarelo-pálido (2.5Y8/2), baço, sobre o qual foi aplicada, na superfície interna, a pintura de dois círculos concêntricos em azul-cobalto. Na base externa é perceptível o arranque de um ônfalo que estaria em posição central, no fundo do prato. Pasta compacta e muito bem depurada, com tom rosado (7.5YR8/4) (figuras 36, nº1 e 44, nº 4).

5 - Taça. Fragmento de bordo ligeiramente extrovertido, espessado interna e externamente, com lábio biselado. É perceptível uma inflexão da parede para o interior que marcaria a transição para o segmento inferior da peça. As superfícies revelam o alisamento como único acabamento, ostentando uma tonalidade vermelha-clara. A pasta é pouco homogénea, com presença de elementos não plásticos de muito reduzida dimensão. Apresenta cor vermelha (2.5YR5/8) (figura 45, nº5).

6 - Prato vidrado. Fragmento de bordo em aba com lábio boleado junto ao qual é visível, na superfície interna, uma canelura. A transição para o interior do prato era marcada por uma inflexão da parede, cujo arranque consegue ainda percecionarse. A face interna era integralmente revestida por vidrado verde que se desenvolve, na face inferior da peça, apenas numa faixa adjacente ao lábio. A superfície remanescente foi apenas revestida por aguada vermelha-escura. A pasta tem tonalidade vermelha-clara, (2.5YR6/8), sendo pouco homogénea (figuras 37, nº1 e 45, nº 6).

7 - Testo. Perfil completo de bordo extrovertido e aba curta descaída. A parede interna apresenta uma inflexão bastante vincada para o fundo da peça que forma uma concavidade bem definida. Na superfície externa a parede ostenta um ressalto

que marca nesta face a transição nítida para a base da peça. A superfície apresenta cor vermelha-escura sendo visíveis em alguns segmentos vestígios de ação de fogo, provavelmente pós abandono. A pasta de cor vermelha, (2.5YR5/8) é pouco compacta incorporando numerosos e.n.p. de muito reduzida dimensão (figuras 35 e 45, nº 7).

8 - Lâmina em sílex. Apresenta na extremidade proximal inferior uma pequena massa de ferro agregada que aparenta ter entrado em contacto com a peça durante o processo de fundição (figuras 40 e 45, nº 8)). Lembramos que na plataforma da Achada, já urbanizada e onde assenta a parte alta da Vila (cotas 180m – 200m), foram identificados materiais dispersos datados da Pré-História recente (sílex e um instrumento de pedra polida). Assim, esta lâmina de sílex pode integrar este contexto. Mais a sudoeste, no aterro da bateria militar da Achada, foram recolhidos outros materiais pré-históricos, nomeadamente cerâmica e peso de rede ou de tear, sobre seixo de xisto com entalhes laterais (Henriques *et al.*, 2008).

Em suma, sendo uma amostra pouco expressiva, em termos da quantidade de espólio, não é possível uma extrapolação segura sobre o contexto de onde provém, embora globalmente se possa datar do séc. XVI.

Apenas como hipótese de trabalho poderá ponderar-se que se trata de uma deposição secundária, relacionável com movimentações inerentes a uma reformulação operada naquele espaço, uma vez que a fundação parece sobrepor-se ao ponto de onde foi recuperado o conjunto material. Por outro lado, não pode ser excluída a possibilidade desse ponto corresponder à parcela remanescente de uma lixeira cerceada pela implantação da estrutura.

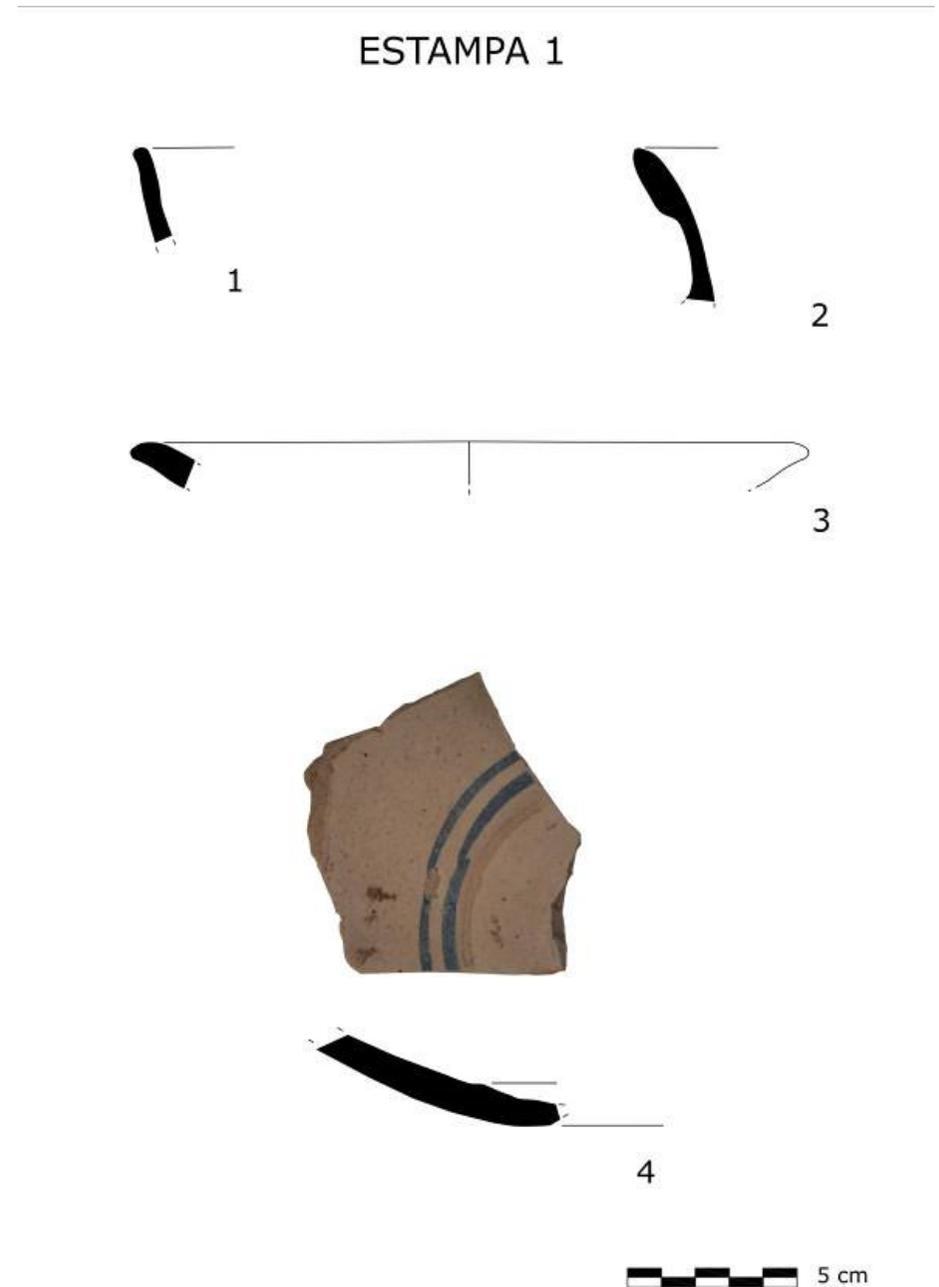
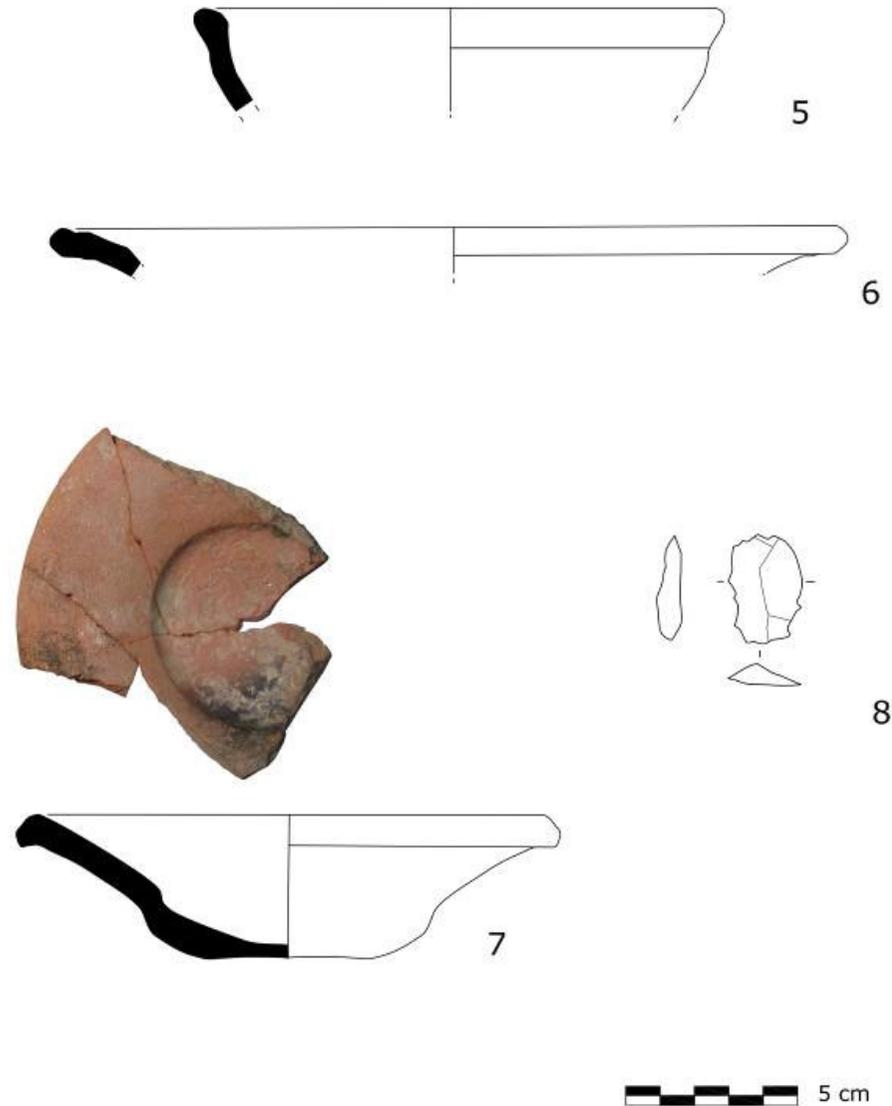


Figura 44. Estampa 1.

ESTAMPA 2



Ensaio conclusivo

Em jeito de ensaio podemos concluir que na construção do casario existente foi usado matéria-prima de origem local, como quartzito anguloso e argila, pela facilidade de aprovisionamento, e placas de xisto oriundas de cotas inferiores, das margens do ribeiro do Enxarrique. Todas as paredes assentavam diretamente em depósito de vertente, constituído por argila e quartzito anguloso. Foram utilizados blocos de maiores dimensões na base estrutural corresponde a alicerces e fundações.

Após a implantação da República a capela de São Pedro, que já se encontrava em mau estado de conservação, foi demolida para dar lugar ao Torreão adossado ao edifício da Casa da Câmara, no lado oeste, e usada como Tesouraria da Fazenda Pública e Registo Civil. A imagem sacra de São Pedro passou para a Igreja Matriz desta Vila, onde se encontra exposta.

A capela do Espírito Santo localizava-se ao fundo da rua homónima passando depois a designar-se rua da Trincheira.

As imagens da Santíssima Trindade (Espírito Santo), Santo António e São Pedro ainda se encontram expostas na Igreja Matriz desta Vila. Desconhecemos o paradeiro da imagem de São Sebastião.

No registo realizado antes do início das obras, nas construções existentes a oeste do Torreão, constatou-se a presença de casas comunicantes entre si, tal como se conhecem em Alfrívada e Fratel e de um número elevado de cantareiras embutidas nas paredes, a várias alturas do solo.

Do edificado pré-existente restaram as paredes exteriores do CMCD de Vila Velha de Ródão (antiga Casa da Câmara), este e sul, e a fachada principal do Torreão, correspondente à parede sul.

Figura 45. Estampa 2.

Tendo em conta o conjunto de edifícios analisados, pode constatar-se que a casa comum, no centro histórico de Ródão, respeita um conjunto de premissas construtivas e características tipológicas da arquitetura tradicional, destacando-se na sua volumetria os dois pisos com ou sem logradouro anexo, a planta retangular, sem regularidade, e os telhados de duas águas cobertos com telha de canudo, sendo desprovido de elementos figurativos e composições arquitetónicas, como chaminés, balcões ou ornamentações.

Contrariamente a outros exemplos citados, como da Foz do Cobrão, o uso dos dois pisos seria exclusivo para habitação, possivelmente devido à reduzida configuração dos edifícios e ao carácter mercantilista da vila; as construções destinadas a outros usos situar-se-iam em zonas exteriores ao perímetro urbano inicial.

Em termos de organização urbana, verifica-se pelos elementos cartográficos disponíveis, que o casario se distribuía segundo a orientação morfológica natural do terreno, com pontos de confluência nas vias de comunicação, quer à entrada da Vila quer a meio do aglomerado onde se situa o pelourinho.

A disposição das casas e sua representatividade, respeitavam esta hierarquia um pouco à semelhança do desenho urbano medieval, no qual a praça central seria o lugar representativo do poder régio, administrativo e eclesiástico, de acordo com a escala e importância assumida no território. Vila Velha de Ródão não era exceção nesta organização, no entanto a sua reduzida dimensão é o elemento singular que a diferencia.

Se tivermos em conta os exemplos do edificado citados neste texto, as suas características construtivas, os achados descobertos e as suas transformações ao longo do tempo, pode depreender-se que o centro histórico de Vila Velha de Ródão apesar da sua simplicidade aparente, sem exemplos de arquitetura notável ou hierarquias de escalas, manteve uma coerência na sua organização tipológica e uma capacidade de readaptação do seu edificado de uma forma coesa e equilibrada, até um passado relativamente recente.

Porventura esta característica de evolução urbana pode estar relacionada com fatores económicos ou demográficos, ou fatores de proteção natural e defensivos.

No entanto, não deixam de ser elementos preponderantes para constatação da existência de uma “*arquitectura chã*” no centro histórico de Vila Velha de Ródão, uma arquitetura austera e desprovida de ornamentação e de elementos compositivos, mas regida por princípios construtivos baseados na riqueza da simplicidade e na reutilização dos meios e recursos disponíveis.

O espólio arqueológico recolhido durante a demolição é sintomático deste princípio de reutilização, em termos gerais, desinteressante e constituído por blocos de granito, de difícil datação. A exceção foi um fragmento de relógio de sol, em tijoleira, que fazia parte da estrutura do Torreão.

Na quelha que existiria entre a Casa da Câmara e a capela de São Pedro surgiu, durante a limpeza e aprofundamento do sítio, uma estrutura negativa preenchida com blocos de quartzito bem arrumados. Apesar dos esforços e dos pedidos de colaboração não se conseguiu encontrar explicação clara para a mesma. Pode tratar-se um silo, muito comum na Idade Média, ou de uma cavidade antrópica que foi necessário colmatar para erguer a Casa da Câmara. Deste modo, já existiria aquando da construção do edifício da Câmara, no século XVI, porque as duas grandes pedras que se encontram pelo lado sul do grande bloco quartzítico de formato paralelepípedo já assentam sobre o enchimento da estrutura negativa.

No fundo da estrutura negativa, usada como lixeira ou arrastados para aqui aquando do reordenamento do espaço, foram recolhidos, numa pequena área, fragmentos de cerâmica, escória ferrosa e outros materiais sendo depois preenchida com pedra bem arrumada, de modo a suportar parte do peso da esquina do edifício da Câmara e posteriormente do Torreão. Pelo corte que se observa na parede voltada a este, na base do edifício da Casa da Câmara, não é de excluir a hipótese que esta estrutura negativa avançasse alguns centímetros para norte.

O acompanhamento arqueológico em causa proporcionou provas materiais da ocupação do centro histórico de Ródão durante o século XVI, ainda que escassas, o que pode ser explicado pelas muitas obras já existentes neste lugar e pela pequenez da Vila.

Este trabalho veio também provar a importância do acompanhamento arqueológico no interior dos aglomerados populacionais, mesmo de pequena dimensão, para ajudar a conhecer e a compreender o seu passado.

Agradecimentos

Aos serviços técnicos da Câmara de Vila Velha de Ródão, nas pessoas do arquiteto José Manuel Pires e do responsável do serviço e ao sr. Adelino Borges do Carmo, proprietário do espaço da antiga capela do Espírito Santo.

Bibliografia

AZEVEDO, Leonel (2020), Notas para a história de Vila Velha de Ródão (e do seu concelho) – 1165 – 1910, Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão e Cinza das Palavras, vol. I.

BELO, José Antunes (1985), Benquerenças – no espaço e no tempo, edição do autor.

CALADO, Maria & PAULO, Luísa Reis (2006), Arquitecturas do xisto, Faculdade de Arquitectura – da Universidade Técnica de Lisboa.

CANELAS, Sebastião (2016), Imagens e memórias da freguesia de Sarnadas de Ródão, s/editor.

CANINAS, João & HENRIQUES, Francisco (1982), Mais casas comunicantes entre si! O Concelho de Vila Velha de Ródão, nº 2, Lisboa, p. 4.

CARATÃO, Joaquim Dias (2004), Monografia e genealogia de famílias que se formaram no Fratel, Ulmeiro.

CASTELA, António do Nascimento (1996), Cafede – uma aldeia da Beira Baixa, Plátano Editora

COSTA, Miguel Reimão (2014), Casas e montes da serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve: forma, processo e escala no estudo da arquitectura vernacular, Afrontamento.

DIAS, Jaime Lopes (1970), Etnografia da Beira, X volume, Lisboa.

DUARTE, S. & SILVA, C.T. (2014), Faianças portuguesas em contexto de lixeira da Setúbal moderna, Musa, 4; Setúbal: Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal. pp. 215-228.

GIL, Rosário (2005), Olaria da Mata da Machada. Cerâmicas dos séculos XV-XVI, Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro.

GUEDELHA, Olímpio (2019), Corgas - História e Vida, Município de Proença-a-Nova.

GUIA DE PORTUGAL (1944), Beira – Beira Baixa e Beira Alta, Biblioteca Nacional, vol. 3, t. 2, Lisboa.

GUTIÉRREZ, Alejandra (2000) - Mediterranean Pottery in Wessex Households (13th to 17th Centuries), Oxford: British Archaeological Reports 306.

HENRIQUES, Francisco (1973), A ermida de Santo António em Alfrívada (Perais, Vila Velha de Ródão), Época Juvenil, junho, Lisboa

HENRIQUES, Francisco; CANINAS, João; SABROSA, Aramando; HENRIQUES, Fernando R. & GOUVEIA, Jorge (2008). As estruturas militares da serra das Talhadas na passagem de Ródão (Vila Velha de Ródão e Nisa). Açafa Online, nº 1. Associação de Estudos do Alto Tejo. Vila Velha de Ródão. p. 29. http://www.altotejo.org/acafa/docs/Estudos_e_Trabalhos_/Estruturas_Militares_de_Rodao.pdf

HENRIQUES, Francisco (2020), Relatório de Acompanhamento Arqueológico no âmbito do projecto de reabilitação de imóvel (casa D. Felismina) na rua Dr. José Pinto de Oliveira Rocha, nº 18, em Vila Velha de Ródão, Associação de Estudos do Alto Tejo, inédito.

HENRIQUES, Francisco (2021), Relatório de acompanhamento arqueológico do projecto de valorização do Centro de Interpretação da Arte Rupestre do Vale do Tejo - Vila Velha de Ródão, Associação de Estudos do Alto Tejo, inédito.

JORGE, Horácio Brás (1996), Tinalhas – meu berço, minha raiz..., edição do autor, Castelo Branco.

LIMA, J. A. Pires de (1940), Mouros judeus e negros na história de Portugal, Porto.

LEITÃO, João Maria (2010), Monforte da Beira – através dos tempos, edição do autor.

MATOS, Joaquim Pires de (1983), Juncal do Campo – um pouco da sua história, Castelo Branco.

OLIVEIRA, Acácio C. (s/d), Sarzedas e seu termo – aspectos geográficos, históricos e etnográficos, edição do autor.

OSÓRIO, Marcos (2009), Armários de pedra na arquitectura tradicional do Alto Côa. Testemunhos do culto judaico? Sabucale, nº 1, Revista do Museu do Sabugal, Sabugal, p. 75-88.

PEREIRA, Maria Amélia Horta (1970), Monumentos históricos do concelho de Mação, Câmara Municipal de Mação.

PIRES, José Manuel Lopes (1999), Estudo de caracterização urbanística de Vila Velha de Ródão, - 4º Curso de Especialização em gestão Urbanística, trabalho prático de Geografia urbana, inédito.

PRATA, José Valentim de Matos (1996), Testemunho vivo – levantamento antropológico, edição do autor.

RODRIGUES, Armando Lourenço (2000), Santo André das Tojeiras, edição do autor.

SEBASTIAN, L. (2010), A produção Oleira de Faiança em Portugal (séculos XVI-XVIII). Dissertação de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. (Texto policopiado)

SILVÉRIO, Silvina (2007), Evidências históricas do Castelo de Penamacor: da Pré-História ao séc. XIX. Penamacor: Câmara Municipal de Penamacor.

SOARES, Isaura Ribeiro Antunes (2001), Etnografia do concelho de Proença-a-Nova, NUM – Memórias 2, Évora

SOROMENHO, Paulo Caratão (1982), Vamos todos investigar? Casas comunicantes entre si, O Concelho de Vila Velha de Ródão, nº 1, Lisboa, p. 2.

TOMÁS, Anibal José Pires de Oliveira (2007), O Retaxo e a lã, Associação Cultural e Social Rancho Folclórico de Retaxo.

AMARAL, Francisco K.; LOBO, José H. & MALATO, João J. (1988), Zona 4 – Beiras, in Arquitectura Popular Portuguesa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 3ª edição. Vol. I.

Sítios da Internet

<https://www.cm-vvrodao.pt/viver/cultura-e-lazer/biblioteca-municipal-jose-baptista-martins.aspx>.

<https://memoriasderodao.cm-vvrodao.pt/historia-local/documentos/fotografias-de-manuel-m-rocha.aspx>

<https://extremadurabuenasnoches.com/wp-content/uploads/relojes-de-sol-EBN.pdf>